

APRESENTAÇÃO

Daniela Magalhães Prates *, **

Além da resenha do livro de André Lara Resende, “Juros, moeda e ortodoxia – Teorias monetárias e controvérsias políticas”, por Gustavo Aggio, o número de agosto da revista *Economia e Sociedade* traz mais doze artigos.

Os dois primeiros artigos têm a chamada “financeirização” como tema. Numa reflexão que terá continuidade num segundo artigo, Ricardo Carneiro destaca a correlação entre algumas categorias analíticas presentes em Marx, Keynes e Minsky, para delinear os principais traços de sua dinâmica. Em seguida, valendo-se de uma abordagem bibliométrica, Palludeto e Felipini analisam o volume de publicações que trataram desse tema nos últimos 25 anos. Ao contrário de uma análise bibliográfica tradicional, a bibliometria permite mapear o conjunto da produção científica, não só identificando autores, temas e publicações, como também delineando tendências futuras no interior da literatura.

O terceiro artigo aborda um tema correlacionado à financeirização, qual seja, a crise estrutural que ronda o capitalismo contemporâneo. Na perspectiva adotada por Daniel Feldman, caudatária da abordagem desenvolvida por Wallerstein, Arrighi e depois Fiori, as transformações do mundo contemporâneo são interpretadas a partir de uma visão sistêmica, marcada pela historicidade, que articula as esferas econômica, política e social do capitalismo e expõe as peculiaridades desta interconexão no plano mundial.

No quarto artigo, valendo-se do caráter plural da metodologia que caracteriza a Economia Ecológica, Ademar Romeiro e Beatriz Saes buscam aprimorar os fundamentos metodológicos da Macroeconomia Ecológica, contrapondo problemáticas econômico-ecológicas as três principais vertentes macroeconômicas: o modelo convencional IS-LM, adaptado a uma escala de produção sustentável, uma visão pós-keynesiana fundamentalista para a economia ecológica e, finalmente, modelos macroeconômicos ecológicos baseados na abordagem pós-keynesiana.

Os últimos trinta anos da economia brasileira são revisitados nos três artigos seguintes. Carlos Rodrigues e Vanessa Jurgenfeld debruçam-se sobre um dos pilares da política econômica empreendida na década de 1990 no Brasil, a saber, as privatizações e consequente processo de desnacionalização da economia brasileira. Partindo do debate em torno do caráter neoliberal desta política, os autores analisam as mudanças nos marcos legais e desestatização de empresas selecionadas (Usiminas; CST; CSN; PQU; Embraer; Telebrás; CVRD e Light), a partir de documentos do BNDES, leis, decretos e artigos da imprensa. Já o artigo de Flávio

* Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), Campinas, SP, Brasil.

** Editora-chefe da revista *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, Brasil. E-mail: daniprates@eco.unicamp.br.

Fligenspan descreve o comportamento da Indústria brasileira entre 2007 e 2014, a partir da “Pesquisa Industrial Anual – Empresa”, do IBGE. O autor destaca que, embora, de forma geral, a elevação dos investimentos tenha sido pequena, fruto da queda da rentabilidade das empresas originária da combinação entre baixa produtividade do trabalho e elevação dos gastos com pessoal, o crescimento da indústria extrativa foi significativo graças à exploração do petróleo das novas reservas brasileiras em águas profundas e a indústria de transformação voltada à base da pirâmide social soube aproveitar as oportunidades criadas pela política econômica da época. Em um país marcado pela heterogeneidade estrutural e elevadas desigualdades salariais, como é o caso do Brasil, o artigo de Ana Ruiz e Bárbara Gomes analisa o comportamento da parcela do trabalho na renda agregada no Brasil face às transformações na estrutura produtiva, entre 1995 e 2009. Em termos gerais, os resultados sugerem que tanto o movimento de queda (1995-2004) quanto o crescimento da parcela do trabalho agregada (2004-2009), foram influenciados pela mudança na composição setorial da renda.

Os três artigos seguintes versam sobre temas de economia brasileira. O trabalho de Claudia Tessari e Julio Costa mostra como se constitui o predomínio do “trabalhador nacional” no mercado de trabalho à medida que se estabelece um novo padrão de acumulação centrado na industrialização e no mercado interno no Brasil. O artigo mostra também como a centralização no governo central da política de mão de obra e a reintrodução dos subsídios à migração para o Estado de São Paulo foram elementos-chave tanto para a continuidade dos interesses ligados à oferta de mão de obra, como para favorecer a internalização dos lucros oriundos desta atividade econômica. Fernando Batista Pereira, Anderson Cavalcante e Marco Crocco discutem formatos desejáveis para um plano nacional de capacitação financeira a partir da experiência brasileira a partir de uma análise crítica das propostas convencionais usualmente dão excessiva importância à educação financeira. Gustavo Carvalho Moreira, Ana Lucia Kassouf e Marcelo Justus analisam o papel do capital social no risco de vitimização contra a propriedade a partir de evidências para o Brasil. Os resultados do estudo realizado sugerem que um maior nível de capital social entre indivíduos aumenta a probabilidade de cooperarem para um benefício mútuo, como o combate à criminalidade.

O último artigo, de José Flávio Motta e Luciana Suarez Lopes, analisa os anais dos Congressos Agrícolas realizados em 1878 no Rio de Janeiro e em Recife a partir de uma perspectiva comparativa que considera os distintos processos de convocação desses eventos, as discussões sobre a carência ou não de capitais disponíveis à grande lavoura e as semelhanças e diferenças de posicionamento entre os fazendeiros “do Sul” e “do Norte”.

Boa leitura!

Campinas, Julho de 2019.

